



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE ENFERMAGEM
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

LUCAS LUAN DE MEDEIROS SANTOS

**IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CUITÉ-PB

2023

LUCAS LUAN DE MEDEIROS SANTOS

**IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

CUITÉ-PB

2023

S237i Santos, Lucas Luan de Medeiros.

Igualdade de gênero nas escolas: perspectivas de professores do ensino fundamental. / Lucas Luan de Medeiros Santos. - Cuité, 2023.

24 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem).
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde,
2023.

"Orientação: Profa. Dra. Alynne Mendonça Saraiva Nagashima; Profa. Dra.
Deborah Dornellas Ramos".

Referências.

1. Política social. 2. Igualdade de gênero. 3. Formação de professores –
educação básica. 4. Democracia inclusiva. 5. Independência feminina. 6.
Ensino fundamental - professores. 7. Escola – ensino fundamental - igualdade
de gênero. I. Nagashima, Alynne Mendonça Saraiva. II. Ramos, Deborah
Dornellas. III. Título.

CDU 304.4(043)

LUCAS LUAN DE MEDEIROS SANTOS

IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS: PERSPECTIVAS DE
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Bacharelado em Enfermagem para apreciação e parecer com fins de realização de Trabalho de Conclusão de Curso e obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité.

APROVADO EM: ____/____/____.

Profa. Dra. Alynne Mendonça Saraiva Nagashima
Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Profa. Dra. Gigliola Marcos Bernardo de Lima
Membro Avaliador
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Profa. Dra. Deborah Dornellas Ramos
Membro Avaliador
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus pela permissão de realizar mais um grande sonho em minha vida.

A toda a minha família, pais (Francisca Ferreira de Medeiros Santos e Armando da Silva Santos) que me apoiaram na realização e concretização dos meus projetos de vida e sempre me mantiveram de cabeça erguida independente das adversidades a qual estivéssemos passando nunca me permitiu baixar a cabeça para que assim eu pudesse continuar firme na concretização dos meus sonhos.

Minha irmã Luana de Medeiros Santos em especial por sempre se fazer presente em todas os momentos da minha longa caminhada sendo a minha principal apoiadora, a meu cunhado Mário Braga de Lima, aos meus avós paternos e maternos, em especial a minha Avó Terezinha Ananias de Pontes que vibrou a cada realização desse meu grande sonho, que está se realizando e pelo apoio incondicional.

Meus Tios e amigos que tiveram comigo nessa longa jornada, me apoiando, segurando na minha mão e falando que tudo sempre dá certo, e que eu iria conseguir, nas horas mais difíceis que passamos durante esses cinco anos, e consegui.

E, principalmente, a minha mãe orientadora, ilustre Prof.^a. Dra. Alynne Mendonça Saraiva Nagashima, que com seu amor a profissão me conduziu de maneira exemplar a concluir esse trabalho maravilhoso. Sou eternamente grato.

A todos os professores de Curso de Bacharelado em Enfermagem Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cuité-PB, porque todos contribuíram de forma majestosa com os seus conhecimentos para essa minha jornada ter um final de sucesso. Muita luz no caminho de todos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por todas as graças concebidas em minha vida.

A minha ilustre Prof.^a. Dra. Alynne Mendonça Saraiva Nagashima, que aceitou orientar-me nesta pesquisa tão rica e gratificante, com ela, aprimorei meus conhecimentos e aprendi a ser uma pessoa melhor a cada dia de convivência ao seu lado.

A Profa. Dra. Gigliola Marcos Bernardo de Lima, por aceitar participar da minha banca examinadora e contribuir para a conclusão desse artigo.

Profa. Dra. Deborah Dornellas Ramos, por aceitar participar da minha banca examinadora e contribuir para a conclusão desse artigo.

Aos professores que compõem a rede pública de ensino do município de Cuité-PB, que participaram da minha pesquisa, respondendo o questionário no horário de trabalho, meu muito obrigado.

Aos Meus pais, Francisca Ferreira de Medeiros Santos e Armando da Silva Santos por estarem sempre acreditando na minha capacidade de vencer todos os obstáculos da vida. Agradeço eternamente.

A minha irmã, Luana de Medeiros Santos, por acreditar que eu conseguiria alcançar todos os meus objetivos e não permitir desistir no meio do caminho, me incentivou para que hoje eu pudesse estar aqui, meu sincero agradecimento, sem você isso não seria possível.

A minha tia, Francinalda de Pontes Medeiros, que sempre está comigo me apoiando e tendo muita paciência e sabedoria porque foram cinco anos de muita luta, para conquistar essa vitória, obrigado por tudo. A minha Avó, Terezinha Ananias de Pontes, obrigado por me repassar tanto conhecimento através de muito amor.

A todos os meus amigos, que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento como acadêmico e como pessoa.

“Não há barreira, fechadura ou tranca que você possa impor à liberdade da minha mente”. (Virgínia Woolf)

RESUMO

Introdução: A temática da igualdade de gênero traz consigo um histórico de lutas pela independência feminina dentro o contexto plural da sociedade. A desigualdade de gênero perpassa este contexto histórico, tendo como fator as construções sociais patriarcais e predominantemente machistas. O ambiente escolar da educação básica, portanto, torna-se um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, fortalecendo as práticas não discriminatórias, não preconceituosas e respeito às diferenças e diversidades. **Objetivos:** Este trabalho tem por objetivo geral compreender as perspectivas dos professores sobre a promoção da igualdade de gênero nas escolas. E objetivo específico, identificar os desafios e as expectativas para a promoção da igualdade de gênero nas escolas. **Metodologia:** O trabalho foi realizado através de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, apoiada na realização de entrevistas semiestruturadas junto à docentes da educação básica do ensino fundamental II de um município do Curimataú paraibano. **Resultados:** Os relatos evidenciaram que os docentes compreendem que a influência cultural e religiosa contribui de maneira expressiva para a disseminação de práticas excludentes no ambiente educacional, e que o relacionamento familiar deve ser um aspecto preponderante para a desconstrução de tais comportamentos. **Conclusões:** Percebeu-se que os docentes possuem falta de formação quanto a temática de gênero, decorrentes da ausência deste aspecto na sua construção social. Ademais, foram identificados comportamentos omissos e sexistas que contribuem para a exclusão e privação da liberdade social. Torna-se então necessária a prática do conhecimento crítico e reflexivo para que se obtenha um convívio respeitoso e democrático no ambiente escolar.

Palavras-chave: igualdade de gênero; educação; professores.

ABSTRACT

Introduction: The theme of gender equality brings with it a history of struggles for female independence within the plural context of society. Gender inequality runs through this historical context, having as a factor the patriarchal and predominantly macho social constructions. The school environment of basic education, therefore, becomes a space of learning and inclusive democracy, strengthening non-discriminatory and non-prejudiced practices and respect for differences and diversity. **Objectives:** This work has the general objective of understanding the perspectives of teachers about the promotion of gender equality in schools. And specific objective, identify the challenges and expectations for the promotion of gender equality in schools. **Methodology:** The work was conducted through an exploratory and descriptive research, with a qualitative approach, supported by the realization of semi-structured interviews with teachers of basic education of elementary school II of a municipality of Curimataú paraiban. **Results:** The reports showed that the teachers understand that the cultural and religious influence contributes expressively to the dissemination of excluding practices in the educational environment, and that the family relationship should be a preponderant aspect for the deconstruction of such behaviors. **Conclusions:** It was noticed that the teachers lack training on gender issues, due to the absence of this aspect in their social construction. Moreover, ommissive and sexist behaviors were identified, which contribute to the exclusion and deprivation of social freedom. Therefore, the practice of critical and reflective knowledge becomes necessary in order to achieve a respectful and democratic coexistence in the school environment.

Keywords: gender equality; education; teachers.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo geral	13
2.2 Objetivo específico	13
3. REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1 Igualdade de gênero no ambiente escolar	15
3.2 A desigualdade entre os gêneros e o impacto na saúde	16
4. METODOLOGIA	18
4.1 Tipo de pesquisa	18
4.2 Local da pesquisa	18
4.3 Participantes da pesquisa	18
4.4 Critérios de inclusão e exclusão	18
4.5 Instrumentos para coleta de material	18
4.6 Coleta de material	18
4.7 Análise do material	19
4.8 Aspectos Éticos	19
CATEGORIA I - A CULTURA PATRIARCAL: PAPÉIS SOCIAIS, FAMÍLIA E RELIGIÃO	24
<i>Subcategoria I - Os papéis sociais como direcionadores de discursos</i>	24
<i>Subcategoria II - As famílias e suas (o)posições</i>	26
<i>Subcategoria III - Religião como entrave nos diálogos sobre gênero</i>	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31
ANEXO I	35
APÊNDICE I	41

1. INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero é marcada pelo histórico de lutas em busca da garantia de direitos dentro dos mais diversos contextos da sociedade, sejam eles econômicos, culturais ou educacionais. Ao analisar os problemas sociais no que tange o marcador social gênero, inúmeras são as diferenças entre homens e mulheres, que consolidam essa desigualdade em todas as faixas etárias, e configura a problemática como de interesse para as ciências sociais. É certo que, a desigualdade de gênero é fortemente impregnada em nossa sociedade até hoje, sendo resultado de construções sociais patriarcais e de uma cultura predominantemente machista (BOTTON; STREY, 2018).

Mesmo caminhando a passos lentos, a sociedade brasileira presenciou avanços nas estratégias contra a desigualdade de gênero, que objetivam modificar esse cenário, na tentativa de tornar a sociedade mais justa e igualitária, de modo a conceder dignidade e direitos às mulheres e aos grupos que vão além do binarismo. O surgimento de políticas públicas nesse âmbito é considerado um marco dessa luta a nível nacional, pois buscam melhores condições sociais, e tem o intuito reforçar a diversidade de gênero em todas as esferas na sociedade (AGUIÃO, 2018).

A intensificação de políticas de igualdade de gênero no Brasil deu-se no início dos anos 2000, mediante um conjunto de diretrizes que tinha por finalidade orientar as práticas de gestão. As noções elencadas nessas políticas são compreendidas, conforme o Plano Nacional de Direitos Humanos, que é fundamental para a construção de condicionantes multidimensionais de situações de desigualdade e estão sustentadas na perspectiva da universalidade e interdependência dos direitos (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, a temática precisa ser amplamente discutida em todo os âmbitos da sociedade, desde as instituições familiares até as educacionais, como as universidades e escolas. A Educação para todos é um direito humano fundamental previsto em lei há muito tempo. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos humanos, estabeleceu que todo ser humano tem direito à instrução, no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e da consolidação do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (ONU, 1948). Ressalta-se que, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos igualmente têm sido talhadas como preceitos pétreos, de modo que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] sem distinção de qualquer espécie” (ONU, 1948).

Desta forma, alguns eventos marcaram o estabelecimento de metas globais para a educação, como o compromisso de Dakar de Educação para Todos, que foi assumido no ano

de 2000, no Fórum Mundial de Educação, tendo como metas para 2005 a eliminação “das desigualdades entre os gêneros na educação primária e secundária e até 2015, atingir a igualdade entre os gêneros em educação” (UNESCO, 2001). Embora o prazo para alcance das metas do Compromisso de Dakar esteja concluído, muitos dos princípios e objetivos continuam sendo relevantes até o presente, tendo como esforços a garantia da qualidade na educação de maneira equitativa no âmbito global. No ano de 2015, foram estabelecidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para serem alcançados até 2030. O item cinco do objetivo quatro prevê a eliminação das disparidades de gênero na educação, enquanto o objetivo cinco propõe alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (PNUD, 2015).

A partir da visão dos princípios de Yogyakarta, que abordam sobre a aplicação de normas internacionais de direitos humanos em relação à orientação de gênero e identidade de gênero, declara que todas as pessoas têm direito à educação sem distinção, por motivos da sua orientação sexual e identidade de gênero e respeitando essas características (PRINCÍPIOS, 2007). Segundo os princípios das competências gerais da educação básica, torna-se necessário um trabalho desenvolvido mediante a valorização e ao pleno respeito das diferenças por meio dos profissionais da educação para a promoção e difusão dos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais. Além disso, a escola como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2017).

A escola assume um papel fundamental na formação dos sujeitos, levando em consideração seu espaço de socialização, onde são construídas e consolidadas as relações, além da construção e troca de conhecimento. Diante da importância desse espaço para o desenvolvimento e reconhecimento dos sujeitos, temas como igualdade de gênero devem ser colocados em pauta, tendo em vista que é necessário conscientizar profissionais e alunos que as diferenças entre homens e mulheres, são sobretudo construídas pela própria sociedade, de acordo com cada momento histórico e social (AUAD; RAMOS; SALVADOR, 2017).

A escola auxilia na construção da percepção de si mesmo, por meio do compilado dos diferentes tipos de conhecimento, sejam eles científicos, empíricos ou filosóficos. No senso-comum as identidades de gênero ainda estão relacionadas em concepções dos papéis sociais que cada indivíduo deve desempenhar de acordo com o sexo biológico, sendo imprescindível, no entanto, debates e discussões que venham a desmistificar o que se tem enraizado historicamente, trazendo mulheres e grupos LGBTQIA+ para ocupar diferentes espaços dentro da sociedade (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018).

Assim, a escola não pode se omitir da responsabilidade que lhe cabe no papel da discussão de temas sociais indispensáveis como as desigualdades de gênero e diversidade sexual, como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (FELIPE, 2018). É importante ressaltar que, o labor da temática deve ser realizado por todos os professores em todas as disciplinas para que assim, os preconceitos construídos possam ser superados, contribuindo de forma direta na construção de práticas incluídas, para a desnaturalização de feitos, comportamentos e relações sociais (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018).

Desta forma, quando o sujeito não se representa nos encadeamentos em relação normas, ou papéis de gênero estipulados, acabam enfrentando estigmas, ações discriminatórias ou exclusão social, tendo impactos nocivos à saúde. A escola por sua vez, torna-se uma ferramenta potencialmente transformadora, tendo o educador como facilitador do discurso enquanto formador de opinião, propiciando a abertura para debates que envolvam temáticas como gênero e outros marcadores sociais (OLTRAMARI; GESSER, 2019).

Portanto, considerando o potencial transformador das escolas e no papel fundamental dos educadores enquanto formadores de opinião e agentes de mudanças, esse estudo é norteado pelo seguinte questionamento: “Quais as perspectivas dos professores sobre a promoção de igualdade de gênero nas escolas?”

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender as perspectivas de professores sobre a promoção da igualdade de gênero nas escolas em um município do Curimatáu Paraibano.

2.2 Objetivo específico

- Traçar o perfil de professores do ensino fundamental participantes do estudo;
- Identificar os desafios e as expectativas para a promoção da igualdade de gênero nas escolas a partir da ótica dos professores do ensino fundamental;
- Construir estratégias de enfrentamento para promover a igualdade de gênero nas escolas do estudo.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A igualdade de gênero é detalhada no primeiro inciso do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, estando inserida no princípio da igualdade, no meio jurídico, também conhecida como princípio da isomeria. Ela prevê que todas as pessoas, a despeito de seu gênero, são iguais sob a ótica da constituição. Isso quer enunciar que todas e todos devem ter os mesmos direitos, oportunidades, responsabilidades e incumbências. Esse inciso da constituição possui tamanha importância, sendo considerado um direito fundamental e indispensável à cidadania, e ao estado brasileiro (BRASIL, 1988).

O *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, Inciso I, diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

A igualdade de gênero é um dos pilares mais importantes para o fortalecimento de uma sociedade justa e democrática. Ela surge de um cenário de reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres estabelecendo um compromisso para alteração dessa realidade. Nesse sentido, trabalhar a igualdade de gênero é um processo de promoção da autonomia de meninas e mulheres, inclusive torna-se um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como Agenda 2030. Em brevíssimo, são metas estipuladas pela organização a serem cumpridas até o ano de 2030 e a igualdade de gênero é a quinta a ser abordada (ONU, 2013).

Em setembro de 2015, quando acontecia a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, aconteceu a aprovação da nova Agenda do Desenvolvimento Sustentável, composta em sua totalidade por 17 metas e objetivos com vigência entre 2015 e 2030, tendo por finalidade a realização de ações empreendidas em nível global buscando o avanço em prol do desenvolvimento da sociedade (ONU, 2015).

Os 17 objetivos e as 169 metas de desenvolvimento sustentável certificam a escala de ambição desta nova agenda universal. Levam em conta os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio procurando obter avanços em metas a qual não foram alcançadas através de possibilitar a garantia dos direitos humanos e lograr a igualdade de gênero através do empoderamento de meninas e mulheres. A indivisibilidade assegura amalgamar de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015).

Ainda que, muitas das vezes seja vista apenas como uma questão voltada às mulheres diante do olhar social, a igualdade de gênero torna-se uma pauta da efetivação dos direitos humanos, sendo necessário que homens tenham total envolvimento para que seja possível o alcance dos objetivos em questão. O olhar da sociedade como um todo para com a problemática em evidência, contribui para que as diversas violências contra as mulheres sejam evitadas, como o estupro, feminicídio, assédio, e muitos outros crimes que coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade. Portanto, a sociedade assume papel de corresponsabilidade diante dessa causa, não devendo centralizar a responsabilidade apenas nos governantes, mas sim, conscientizando todas as classes sociais a buscarem a efetivação dos direitos das mulheres, em todos os ambientes (BRASIL, 2018).

3.1 Igualdade de gênero no ambiente escolar

A desigualdade entre os gêneros se reflete diariamente em diversos abusos sofridos e vivenciados por inúmeras mulheres pelo mundo. Mais de um terço da população feminina sofre de forma direta violência física, mental e sexual. Notoriamente, na maioria das sociedades, os homens têm vantagens extensas em relação às mulheres. Para a inexistência dessas barreiras faz-se necessário alcançar uma verdadeira equidade entre os sexos, sendo a educação uma ferramenta essencial e indispensável para esse processo, pois através dela é possível alavancar o empoderamento das mulheres pelo mundo (OMS, 2021).

Consta no último pacto Republicano da Constituição Federal de 1988 que se deve: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV, CF/1988); e, ainda, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...” (art. 5º, I, CF/1988) (BRASIL, 1988).

A família exerce grande papel dentro das responsabilidades conjuntas da desigualdade de gênero, o que acarreta concomitantemente na atribuição da escola na continuidade da ação. Para o fortalecimento das políticas públicas de igualdade, todos necessitam entender diante das responsabilidades legais que quaisquer possuem os seus direitos e deveres nas obrigações no âmbito familiar e escolar. É indispensável a presença de respeito diante das existências prevalentes das diferenças de raça/etnia, orientação sexual, classe social (LUCIFORA *et al.*, 2019).

O Estatuto da Juventude (2013) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (1998), igualmente, asseguram o ensino de sexualidade e gênero. As diretrizes pretendem contribuir na

construção de políticas públicas de enfrentamento a práticas sexistas e na problematização das assimétricas de gênero (BRASIL, 2006).

Abordar de forma clara a temática com crianças e adolescentes sobre igualdade de gêneros pode diminuir de forma eficaz riscos de coação, abuso e violência sexual. A cultura de direitos humanos intervém nas práticas sociais diante dos papéis de gênero, o que torna mais vulneráveis à violência de determinados grupos na escola, como lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBTQIA+). A transfobia e homofobia são violências recorrentes em salas de aula, sofridas por estudantes quando são considerados fora dos padrões sociais, tornando-os cada vez mais vulneráveis dentro do âmbito escolar e fora do mesmo (SOUZA, 2020).

Assim, os profissionais da educação possuem total liberdade para tratar sobre a temática de sexualidade e gênero nas escolas, bem como são assegurados pela Carta Magna Brasileira a qual ampara crianças, adolescentes e jovens o ensino desta importante temática, na garantia do pluralismo de ideias e concepções na perspectiva de coibir violências no âmbito das suas relações (BRASIL, 2009).

3.2 A desigualdade entre os gêneros e o impacto na saúde

Quando o sujeito não se encaixa em padrões de exigência social ou relações de gênero, frequentemente acabam passando por processos de adoecimento devido às práticas discriminatórias ou exclusão social, trazendo de forma direta impactos perniciosos a sua saúde (NOGUEIRA; ALBUQUERQUE, 2021).

Escolaridade, orientação sexual, idade, etnia, são conjuntos de determinantes sociais ligados ao bem-estar e a qualidade de vida, portanto, trazem impactos diretos para a saúde. Quando estes conjuntos transitam com a desigualdade de gênero, trazem sérios agravos no processo gerador da discriminação, de riscos à saúde e dificuldade de acesso aos recursos necessariamente importantes para o alcance da promoção da saúde (OPAS, 2020).

Neste sentido, a igualdade de gênero permite que homens e mulheres, ao passar da sua trajetória de vida, tenham as mesmas condições e oportunidades diante da perspectiva de realização dos seus direitos potencialmente possibilitando viver de forma saldável, além de contribuir para o desenvolvimento da saúde, e se favorecerem com os resultados (SOUZA, 2020).

Em 2015, entrou em vigor o roteiro para a ação sobre gênero, equidade e direitos humanos da Organização Mundial da Saúde, que trouxe em seus eixos a integração da equidade, questões sobre gênero, direitos humanos e determinantes sociais no trabalho. Trata-se de um

plano quinquenal destinado a traçar um enfoque integrado para que os distintos programas da Organização abordem as questões de gênero e melhorem a igualdade de direitos (OMS, 2015).

Um dos principais desafios na implementação das políticas de equidade é de natureza cultural, derivado do preconceito histórico da sociedade em relação às populações vulneráveis. Sendo assim, o Ministério da Saúde reconhece que a implementação destas políticas passa por uma mudança do olhar da população (BRASIL, 2015).

4. METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa

Este estudo caracteriza-se como um recorte de uma pesquisa intitulada “No caminho das margaridas”: perspectivas de professores sobre a promoção da igualdade de gênero nas escolas”, do tipo exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa.

4.2 Local da pesquisa

A pesquisa teve como cenários as escolas municipais de uma cidade no interior do Curimataú Paraibano, que contemplam o ensino fundamental II.

4.3 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram os/as professores que lecionavam no ensino fundamental II das escolas situadas em um município do interior do Curimataú Paraibano.

4.4 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão estabelecidos para os participantes da pesquisa foram: a) ser professor do ensino fundamental II; b) exercer atividades de docência, no mínimo, seis meses de experiência na escola ao qual está lotado. Foram critérios de exclusão: professores que estiverem de férias, licença ou qualquer outro motivo que os impediam de estar no exercício da profissão no período da coleta de material empírico.

4.5 Instrumentos para coleta de material

O instrumento deste estudo foi uma entrevista em profundidade, norteada por um roteiro semiestruturado, que contemplou questões que caracterizassem os participantes da pesquisa e perguntas relacionadas à temática.

4.6 Coleta de material

A coleta de material foi desenvolvida no período de fevereiro de 2023 a maio de 2023. As entrevistas foram gravadas com auxílio de um gravador de voz, e ocorreu nas escolas, priorizando um ambiente adequado para a coleta (sala fechada preconizando o conforto do entrevistado e para garantia do anonimato os participantes foram identificados com a letra P seguido do número de ordem da entrevista).

4.7 Análise do material

Para a análise dos dados foi utilizada a Técnica de Análise Temática de Conteúdo de Minayo. Para Minayo (2007), essa análise contém três etapas: a pré-análise, descrição e interpretação referencial, na qual foram feitas leituras de forma contínua para a organização do material. A exploração do material: compreende operação de codificação e na transformação dos dados brutos em unidades de compreensão do texto (núcleos de sentido) para a classificação e a agregação dos dados, buscando identificar de acordo com as suas categorias e subcategorias, auxiliando na especificação dos temas e por fim, o tratamento dos resultados obtidos: integra a organização da estrutura de informações estruturadas para permitir as reflexões acerca de cada categoria e subcategoria exposta, aplicando fragmentos das falas dos sujeitos que participaram da pesquisa.

4.8 Aspectos Éticos

Esta pesquisa obedeceu à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que determina as diretrizes e normas regulamentadora de pesquisas envolvendo seres humanos. A participação dos sujeitos na pesquisa ocorreu mediante assinatura e concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) fornecido no início da entrevista, além da solicitação em gravar as entrevistas. O TCLE foi assinado em duas vias, ficando uma com o participante e outra com o pesquisador. No ato do convite para participar da pesquisa, foram apresentados os objetivos do estudo e esclarecimentos de dúvidas relacionadas aos mesmos. O sigilo, o anonimato e a garantia da desistência em qualquer momento da pesquisa foram garantidos, assim como ressaltar a voluntariedade da participação na pesquisa.

Na tentativa de sanar ou minimizar quaisquer desconfortos, as entrevistas foram previamente agendadas, conforme local e horário definido pelo participante; foram oferecidos meios de contato possíveis para facilitar a comunicação, o esclarecimento de dúvidas, bem como foi garantido o anonimato desses professores. Durante as gravações nenhum nome foi

citado e os áudios foram gravados, repassados para o computador e salvos para transcrição das entrevistas e ficarão sob posse exclusivamente dos pesquisadores.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A população do estudo foi constituída por professores do ensino fundamental de duas escolas da rede municipal de ensino de uma cidade do interior do Curimataú paraibano. Os participantes da pesquisa foram 10 professores, a maioria era do sexo feminino (60%), de cor parda e com média de idade de 40,5 anos.

Os professores da rede municipal de ensino de Cuité, representa uma população relativamente jovem, composta em sua maioria por mulheres, solteiras e com pós-graduação em nível de especialização.

Segundo Codo (1999) o marco que leva a grande presença feminina na docência está intimamente relacionado a expansão do sistema educacional no país a partir da segunda metade do século XX, diante da necessidade de trabalho para o ensino o que culminou no recrutamento de mulheres. Mesmo sendo uma atividade desempenhada por ambos os sexos naquela estimada época, acreditava-se que o sexo feminino conseguia desenvolver com maior maestria e habilidade a tarefa de ser professor, devido ao fato de já exercer em seu ambiente doméstico o papel de cuidadora e educadora de seus filhos, ou seja características inerentes a atividade da docência. Em relação ao sexo feminino (6 professoras). Outros estudos já demonstraram o fato da profissão docente se constituir por uma maioria de mulheres. (CARVALHO, 2018; GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011; MIRANDA, 2017).

Tabela 1 - Perfil laboral dos professores atuantes nas escolas de Ensino Fundamental II em um município do interior paraibano, 2023 (n=10)

Variáveis	Nº	%
Possui outro vínculo empregatício?		
Sim	4	40
Não	6	60
Possui outra fonte de renda?		
Sim	3	30
Não	7	70
Local de Trabalho		
Escola A	3	30
Escola B	7	70
Formação Acadêmica		
Letras-português	3	30
História	1	10

Pedagogia	2	20
Educação Física	2	20
Biologia	2	20
Tempo que trabalha como professor		
Até 5 anos	1	10
6 a 10 anos	1	10
Acima de 10 anos	8	80
Tempo que trabalha no local que atua nesse momento		
Até 5 anos	6	60
6 a 10 anos	1	10
Acima de 10 anos	3	30
Modalidade de Trabalho		
Efetivo	7	70
Contratado	3	30

Fonte: dados da Pesquisa, 2023

Relacionado a jornada de trabalho, 70% declararam trabalhar sob a modalidade efetivo. A maior parte declarou não possuir outro vínculo empregatício (60%) e relacionada outra fonte de renda 70% respondeu que não possui. Quanto ao tempo de trabalho na instituição atual, a maioria declarou que está no serviço entre 6 meses a 5 anos (60%). Quanto ao tempo de atuação profissional como professor, a maioria declarou ter acima de 10 anos (80%). Quanto as disciplinas lecionadas 30% eram de Letras-português, 10% de história, 20% pedagogia, 20% de educação física, 10% de biologia. A maior parte dos entrevistados (60%) trabalham na escola B.

Todos os professores participantes da pesquisa possuíam grau de instrução ou nível superior, isso podendo ser visto como um reflexo da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em dezembro de 1996, o que passa exigir que todos os profissionais da educação, em todos os níveis de ensino tenham formação de curso superior.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 2016, p. 20).

A partir dos dados obtidos percebemos que a maioria dos docentes tem o vínculo de trabalho estabelecido por meio de concursos. Esses dados também são análogos a pesquisa de Carvalho (2018), na qual estima-se que a média nacional dos estados é de 64% de professores concursados. Gatti, Barreto e André (2011, p. 156) destacaram que o regime de contrato nas

escolas públicas deveria ser por meio de concursos públicos, como estabelece a legislação brasileira:

O ingresso na carreira docente nas redes públicas, por lei, deve ser feito por meio de concurso público. Estados e municípios têm realizado com certa regularidade esses concursos compostos de provas e títulos; as provas, de modo geral, referindo-se a conteúdo específicos da área de atuação do(a) professor(a) e conteúdos pedagógicos gerais; os títulos referindo-se ao nível de formação do(a) docente (ensino médio, licenciaturas curta ou plena, complementação de graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado); considera-se, também, eventual tempo de exercício docente anterior.

Sobre a perspectiva dos fatores sociais que influenciam no trabalho, há uma concordância, por alguns autores, de sua intelecção dos elementos formadores do perfil laboral em relação suas visões e experiências singulares ligando aspectos da interação entre, trabalho, ambiente, e condições laborais, o que resulta em suas experiências, expectativas e percepção de mundo (REIS *et al.*, 2010).

Observou-se que 80% dos entrevistados atuam como professor há mais de 10 anos e 60% não possui outro vínculo empregatício dedicando-se exclusivamente ao trabalho de professor, e em suas falas foram evidenciadas a falta de preparo profissional diante da ausência de formação continuada que aborde gênero e sexualidade, trazendo fragilidade ao ensino levando em consideração o ambiente plural ao qual estão inseridos. A falta de atualização dos profissionais mediante a ausência de outras formações pode resultar em comportamentos e atitudes que venham naturalizar tais estereótipos, tornando-se um espaço reprodutor de erros ao invés de combatê-los (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018).

Embora o profissional evidencie em suas falas que temáticas como igualdade de gênero e diversidade sejam de fundamental importância a serem trabalhadas dentro do ambiente escolar, o corpo docente encontra barreiras diante da sua inexperiência à medida que não teve uma formação específica para as abordagens, o que conseqüentemente pode resultar nas reproduções despercebidas das desigualdades de gênero (FELIPE, 2008).

Diante de uma perspectiva que resulte na desnaturalização das hierarquias de gênero e formação de sujeitos, é imprescindível repensar o papel do professor na busca do respeito e garantia social da equidade e igualdade entre os gêneros. O professor deve ser um profissional preparado, cabendo-lhe o enfrentamento, posicionando-se frente a situações de preconceito que estimulem estereótipos de gênero no ambiente escolar ou em qualquer outro espaço de aprendizagem (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018).

Conhecer o perfil dos professores nos permite ter uma compreensão sobre quem são esses docentes das escolas de educação básica. Essas informações podem fornecer subsídios

para possíveis identificações de lacunas de profissionalização docente ou silenciamento das políticas públicas. Além disso conhecer o perfil dos professores da educação básica pode, servir de base para futuras pesquisas sobre a carreira dos docentes brasileiros e as políticas públicas.

A cultura patriarcal influencia de diversas formas a vidas das mulheres e homens, a partir dos papéis sociais construídos de gênero e a relação entre dominador e dominado que são estruturados a partir de modelos de normalidade que são praticados por grupos diversos. O poder, segundo Foucault (1999), é compreendido como uma manifestação de força a qual é centralizado na figura do autoritário, consolidado pelo controle e opressão através das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais.

As relações, explorações e os papéis exercidos na sociedade, diretamente tem culminado no aumento de práticas discriminatórias e excludentes em relação aos papéis comunitários desenvolvidos nas instituições sociais. Diante da necessidade da desconstrução dessa cultura, possibilitando a igualdade entre os gêneros que busca-se compreender quais os principais entraves no diálogo sobre igualdade de gênero que dificulta suas abordagens nos cenários escolares, tendo o professor como figura central da intermediação do diálogo dentro da perspectiva cultural patriarcal a qual se encontra inserido, entendendo que somos frutos da educação baseada na desigualdade, que procura-se compreender quais os principais desafios enfrentados pelo profissional da educação para a construção de pontes para o fortalecimento do ensino das políticas de igualdade de gênero.

Para Costa (2008), quando se direciona aos estudos de gênero, fala-se de relações de poder. As similitudes entre os gêneros são desiguais, assimétricas e a mulher permanece sendo um grupo exposto a um cenário de riscos e vulnerabilidades por ocupar um lugar de inferioridade em relação às ocupações privilegiadas do homem dentro do domínio patriarcal.

Pensar nas transformações sociais circunda transpor normas estruturais comportamentais de poder impostas pela sociedade patriarcal em relação aos gêneros. Isso não resulta na exclusão do masculino, mas gera uma perspectiva real de equipolência entre homens e mulheres a partir do caráter relacional de poder, levando em consideração o número populacional de homens e mulheres e suas construções simbólicas e dos papéis exercidos a qual são mutáveis e flexíveis. Com base nestas percepções, foram criadas as categorias a seguir:

CATEGORIA I - A CULTURA PATRIARCAL: PAPÉIS SOCIAIS, FAMÍLIA E RELIGIÃO

Subcategoria I - Os papéis sociais como direcionadores de discursos

A construção de papéis sociais de gênero é imposta para homens em nossa sociedade de maneira naturalizada como ele sendo o “Machão”, “Viril” e “Dominator”, causado impregnação no convívio social através do preconceito estrutural presente nos hábitos sociais e sendo repassada para as gerações futuras como algo a ser seguido dentro dos seus padrões culturais. Os participantes da pesquisa demonstram em suas falas que é possível desconstruir esses papéis, mesmo sendo algo culturalmente enraizado pela sociedade atual o que culmina para a construção dos estereótipos de gênero e entendem a necessidade da desconstrução desse processo. Os relatos mostram que os professores entendem que a influência cultural no comportamento de ambos os sexos culmina na disseminação de práticas excludentes dentro do ambiente educacional, e defendem a igualdade entre homens e mulheres.

[...] A gente tem delimitado o lugar do homem é o lugar da mulher na sociedade (P2)

[...] Porque socialmente as pessoas aprenderam a tratar as pessoas com desejam, eu acho que hora a sociedade não aprendeu a tratar as pessoas perante a constituição (P3)

[...]A gente desde a infância aprende que mulher é diferente de homem não só na questão física, mas no tratamento e hora começa a se tratar assim, ninguém corrige, ninguém explica. [...] Eu acho que foi construído papéis pra homens, pra mulheres. [...]A cultura impregnada é um desafio muito grande que a gente encontra. (P3)

[...]O machismo é cultural da humanidade. [...] Ainda temos um quadro de professores muito machista e muito tradicionais, muito fechados, temos muito professores assim que dificultam essa linguagem. (P4)

[...]se espera sim, que o homem só faça determinadas situações em que a mulher não consiga fazer (P5)

[...] Sim! Tem que diferenciar o que é de menina o que é de menino, por exemplo a cor rosa, a cor rosa e o azul, é, eu tenho um filho de 5 anos e ele já identifica isso aí. (P6)

[...]principalmente aqui nessa escola que eu estou inserido estou pouco tempo aqui, tinha a cultura dos meninos jogar bola em si, que isso para

o tradicional é o homem que só pode jogar a bola e a menina fica sentada na arquibancada. (P8)

A lucidez das falas dos professores em seus relatos, evidenciam uma maturidade, ao conseguirem enxergar e externar em suas interlocuções as amarras do patriarcado, sendo pessoas, com suas variadas e variantes sexualidades que vão além do binarismo homem e mulher vítimas de todo o sistema. O que dificulta por muitas das vezes quebrar alguns muros sociais e conseguir, contudo, na prevenção a desconstrução da cultura patriarcal, para construir de fato uma relação igualitária. As falas demonstram que os professores entendem a influência cultural no comportamento de ambos os sexos, entendem que o homem também seja vítima dessa cultura perversa, sem que justifique suas ações.

Durante a entrevista, a professora P6 em seu discurso utiliza de construções simbólicas em torno de cores de representatividade masculino e feminino, para justificar suas dificuldades em romper barreiras patriarcais em torno das relações sociais de gêneros e os seus conflitos em relação aos estereótipos que são reflexos da doutrinação de gênero, o que para ele seria um ataque ao tradicionalismo familiar, que possivelmente estimularia a sexualização precoce, o que seria uma adulteração do que é de homem do que é de mulher. A escola portanto deve ser um lugar privilegiado que possibilite escolhas, sem restrição ao sexo e sem discriminação assim como a intencionalidade educativa (BRASIL, 2007)

Em discurso de P4 foi possível observar a insatisfação de professores dentro do convívio com os outros profissionais no mesmo ambiente onde dentro da sua prática profissional ainda permanece sendo reprodutor de falas discriminatórias sobre as questões de gênero, trazendo uma diferenciação sexista em sala de aula, desrespeitando o que é preconizado pela constituição brasileira sobre o convívio social. O primeiro inciso do artigo 5º da Constituição Federal prevê que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, são iguais sob a ótica da Constituição. Isso quer dizer que todas e todos devem ter os mesmos direitos, oportunidades, responsabilidades e obrigações (BRASIL, 1988).

As relações interpessoais estabelecidas dentro do processo educacional entre alunos, professores, funcionários e pais também influenciam nas questões de gênero, por exemplo, nas atividades de educação física diferenciadas para meninos e meninas, o que reflete uma concepção dos professores de que as meninas são mais frágeis que os meninos na realização de atividades motoras. Além disso, a prática do futebol é uma constante referência à virilidade dos homens (LOURO, 2003; TOSCANO, 2000).

Muitas são as vezes em que os professores enquanto agentes potencias do discurso dentro da sala de aula evidenciam estereótipos de gênero, promovendo a feminilidade

tradicional e a masculinidade hegemônica, condicionando a “descrição do sujeito através de modelos normativos (de gênero e sexual), sem se importar com as construções singulares do próprio sujeito” (Silva, 2006: 120). Os alunos que se diferenciam da visão da masculinidade e feminilidade impostas no ambiente a qual estão inseridos, acabam sendo alvos de ações de juízo negativo por parte dos outros.

Subcategoria II - As famílias e suas (o)posições

A violência e a desigualdade de gênero continuam sendo recorrentes dentro dos cenários das famílias contemporâneas devido uma implantação de uma cultura hegemônica de imposição de papéis de gênero que são resquícios do sistema patriarcal, tornando cada vez mais comum no cotidiano (PRAUN, 2011). A idade escolar é marcada por um período de intensas mudanças, questionamentos, crises e pela emergência da sexualidade, portanto, tornando indispensável a partição familiar dentro desses questionamentos, levando em consideração esses períodos de variações psicossociais (MAYORGA, 2006). As falas dos professores contemplam a importância do relacionamento familiar para a desconstrução cultural que funciona como alicerce para a construção sexualidade individual.

[...] Muitos(desafios)! Um deles, principalmente, é a família, os que vem que parecem eu sei que eles são contra a gente trabalhar esse tipo de temática. [...] Principalmente a família. (P1)

[...] É.. Existindo essas dificuldades de diálogo com a própria família (P2)

[...] A família, a aceitação da sociedade em si, é... mostrar que a igualdade de gênero não é uma doença. (P4)

[...] É. até um pouco difícil da gente conversar isso, devido a mentalidade dos pais, entendeu? Que os pais também não foram educados para isso, então é um assunto um pouco difícil né? (P5)

[...] Sim! Existe! Os desafios? A nossa clientela, os interesses, a falta de compromisso que existe, porque a nossa sociedade ela nos cobra o que elas não fazem em casa com os filhos. (P10)

Nos discursos apresentados pelos professores, é evidenciado as barreiras estruturais enfrentadas para se manter uma relação de comunicação entre a família e escola diante das abordagens das relações de gênero. É necessário enquanto profissional compreender o papel preponderante dos pais na educação dos seus filhos, porém, levando em consideração que eles também são resultados do contexto social de onde vivem, sendo verdadeiros reprodutores de

estereótipos de gênero o que tradicionalmente acabam afetando as formas comportamentais dos seus filhos.

A família é uma das grandes responsáveis pelo sucesso, e também pelo fracasso escolar, o que tem sido evidenciado de forma significativa nas falas dos entrevistados enquanto processo de dificuldade e fator limitante para o ensino da temática igualdade de gênero nas salas de aula. As escolas têm contado como aporte acadêmico da família: construindo o currículo (e o sucesso escolar) implicitamente com base no capital cultural análogo herdado pelos alunos, isto é, com base no que é construído socialmente pela educação familiar, ainda que tenha por suporte as suas questões biológicas- sexo (CISNE, 2014).

A educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social, e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica do cotidiano. Parece algo simples esperar que os pais sejam parceiros do professor dentro do ambiente educacional, pois desejam que seus filhos obtenham sucesso dentro desse cenário. Por outro lado, a ação escolar encontra limites socioculturais, por outro a reprodução social permite escolhas, (disputas ideológicas e culturais). Bourdieu e Passeron (1977) evidenciaram como o ambiente escolar constitui um verdadeiro mercado simbólico mediando entre as desigualdades individuais e familiares que são precedentes das estruturas econômicas e simbólicas mais amplas a qual esse grupo está inserido; portanto, a escola, educadoras e educadores têm autonomia (ainda que limitada) para influenciar os processos e resultados de sua própria produção (o espaço de produção na reprodução).

Algumas orientações provêm de campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade como da família, justiça e religião. Diante disso a família faz parte de uma série de lutas ou uma luta plural que é protagonizada dentro de um ambiente educacional, diante de tradicional subordinação, através do sistema patriarcal cultural. Seu propósito consiste em pelo menos tornar visível “modos” de viver segundo seus preceitos sociais, diante de sua ética, suas histórias e suas experiências. As falas dos entrevistados desencadeiam uma luta que mesmo com distintas caras e expressões pode ser sintetizada como a, luta pelo direito de fala e comunicação de si. Alguns grupos familiares têm colocado historicamente a fala do estudante em segundo plano diante do seu grupo dominante (pais) onde estão empenhados fundamentalmente em se auto representar (HALL, 1997).

A ressalva de alguns professores para o trabalho da temática igualdade de gênero na escola referiu-se a participação e a ausência dos pais e responsáveis. É imprescindível o conhecimento dos responsáveis dos trabalhos relacionados a gênero e sexualidade, principalmente por ser um assunto com muito tabus estruturais e provocar resistência de

muitas pessoas. No entanto, os professores não devem se limitar ao processo de ensino e aprendizagem diante das ameaças e proibições que eventualmente possam ser feitos pelos responsáveis das crianças, pois torna-se necessário entender que é um tema que faz parte da grade curricular do aluno, sendo recomendado por documentos oficiais da educação, citados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNE) (BRASIL, 2014).

Subcategoria III - Religião como entrave nos diálogos sobre gênero

Algumas falas evidenciadas pelos professores, trazem uma defesa da família tradicional - aquelas em que sua constituição é formado por homem e mulher, defesa em que os pais são os principais responsáveis pela formação dos seus filhos, não a escola; que os caracteres biológicos que diferenciam homem e mulher, sem outras possibilidades de variação, então intensifica a dificuldade dialógica de aceitar a “ideologia de gênero” nas escolas, é como acabar com todos os valores e práticas sociais que são ancoradas em instituições sociais que são amparadas por esses princípios, como a igreja.

[...] Dependendo da sua religião que não aceita de jeito nenhum e nem respeita, eu tenho alunos que gostam de ser chamados por outro nome, meninas que gostam de ser chamado por outro nome. (P1)

[...] A religião mais em evidencia é o catolicismo e eu acho que o catolicismo também destaca esses papéis para homens e para mulheres. [...] Eu acho que foi construído papéis pra homens, pra mulheres. Acho por influência da, nossa religião (P3)

[...] Desafios são muitos, muitos mesmo! Porque, justamente pela diversidade de pessoas que você tem na escola, pessoas cristãos, evangélicos, católicos, começa por ai. (P4)

A falta de entendimento por parte de tribos conservadoras, que se organiza a nível nacional, estadual e municipal, impede debates importantes para a construção do sujeito através de práticas pedagógicas com a inserção de conteúdos programáticos voltados ao contexto da educação sexual com o objetivo de compreender questões que envolvam seu corpo, seu mundo, sua identidade e saibam respeitar ao outro, ao diferente.

Segundo o posicionamento do MEC, as escolas são espaços que favorecem a construção da identidade do sujeito diante das diversas possibilidades de abordagens que podem ser ensinadas em seus espaços de formação, porém, pesquisas deixam evidentes que as práticas pedagógicas e de gestão escolar têm sido marcadas pelo sexismo, pela misoginia e pela discriminação de sujeitos que contrapunha o heterossexualidade ou que não façam parte

de um grupo que possua comportamentos tradicionalmente hegemônico (BRASIL, 2015, p. 2).

A falta de compreensão pedagógica, fazem com que os mais diversos grupos de diferentes igrejas cristãs, acreditem fielmente somente na sua teologia, fazendo das suas prerrogativas verdades imutais referente ao exercício da sexualidade e atividades reprodutivas humanas. Assim, por exemplo, a homossexualidade é vista como doença, desvio; a diversidade é concebida como grave perigo que põe em risco a organização social (CANDIOTTO; SOUZA, 2012).

Debater sobre questões de gênero é desmistificar a naturalização do que é ser homem e do que é ser mulher diante do determinismo biológico, é propiciar a desconstrução de ideias socialmente impostas por uma sociedade conservadora e patriarcal, é gerar novas percepções para a construção cultural e social destas identidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que os professores em seu compilado de falas evidenciam fragilidade na formação quanto ao estudo de gênero, uma vez que compreendem que dentro da sua construção social não existiu uma reflexão aprofundada. Os seus discursos trazem concepções sobre igualdade de gênero com contratações evidentes sobre o que acreditam diante do padrão hegemônico que vivem, resultado da influência da educação familiar e dos padrões sociais que continuam a se reproduzir mediante ao modelo patriarcal a qual estiveram inseridos, tornando-se reprodutores desses comportamentos no ambiente de trabalho.

Nas falas dos professores a igualdade de gênero foi manifestada de várias formas: pela relação dos pais no ambiente escolar, nas atribuições diferenciadas entre os gêneros nas atividades educativas, nas escolhas diferenciadas de cores, nos julgamentos diante do olhar da religião, no desempenho dos alunos, no comportamento do corpo doente e no temor pela “homossexualidade”, justificada pelos professores diante do que eles acreditam fazer parte de uma formação extra escolar, atribuindo a família a maior parte da responsabilidade do desenvolvimento sociocultural dos padrões de gênero.

As falas evidenciam que o tema ainda é um tabu dentro da formação e das vivências desses professores, o que acaba por fragilizar oportunidades de diálogos, discussões e aproximações com os estudantes, implicando diretamente na construção e modificação das realidades sociais. Os professores, em sua maioria, em sua prática profissional, permanecem

tendo comportamentos omissos dentro das salas de aula, contribuindo para exclusão e privação da liberdade social e do direito à diversidade à liberdade.

A escola, portanto, deve ser vista como um espaço de encontro de diferenças, como um lugar de transformação sociocultural e política, possibilitando que estudantes e professores possam atuar juntos no processo ensino-aprendizagem, principalmente desmistificando esses tabus sociais, e promovendo ambientes plurais, levando em consideração que as diferenças e subjetividades de cada sujeito. Torna-se necessário naturalizar a prática do pensamento crítico e reflexivo possibilitando entre as pessoas um convívio respeitoso e democrático.

As discussões sobre gênero devem acontecer dentro dos ambientes educacionais, por serem lugares de formação de opinião e de convívio social, através de práticas contínuas de debates, conferências e produções científicas na perspectiva de uma real efetivação dos direitos sociais e políticos, perante a igualdade entre os gêneros, propiciando ao aluno um lugar confiável e seguro para a continuidade da sua formação, tornando-se um espaço acolhedor pautado em efetivações reais das garantias sócias.

Os resultados encontrados a partir deste trabalho pode possibilitar estudos mais aprofundados sobre a temática de gênero. Além disso, pode ser útil na formação continuada de profissionais da educação nos estudos de gênero e sexualidade, com o objetivo de melhorar as condições existentes que contribuem para o abandono escolar, violências e exclusão social.

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, S. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). **Cad. Pagu**, Campinas, n. 51, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700510007>>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- AUAD, D.; RAMOS, M. R. N.; SALVADOR, R. B. Educação, emancipação e feminismos possíveis: um olhar histórico sobre a igualdade de gênero na escola. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.18764/2358-4319.v10n4especialp186-208>>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- BOTTON, A.; STREY, M. N. Educar para o empoderamento de meninas: apostas na infância para promover a igualdade de gênero. **Inclusão Social**, Brasília, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4109>>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- BOURDIEU, P. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL, J., HALSEY, A. H. (eds.). *Power and ideology in education*. New York: Oxford University Press, 1977. p. 487-511. Disponível em: <<https://edu301s2011.files.wordpress.com/2011/02/cultural-reproduction-and-social-reproduction.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 28 maio 2023.
- BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 12. ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Nota Técnica nº 24, de 17 de agosto 2015c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2009.
- CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. **Foucault e o cristianismo**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2012.
- CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119–136, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37466>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. Perfil do professor da educação básica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <<http://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/relatos/article/view/4083>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CISNE, M. RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, “RAÇA”/ETNIA E CLASSE: UMA ANÁLISE FEMINISTA-MATERIALISTA. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 133–149, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CODO, W. Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999. 432 p. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/gepe/materiais/educacao_carinho_trabalho.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

FELIPE, J. Proposta pedagógica. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Educação para igualdade de gênero. **Salto para o Futuro**, v. 18, n. 36, p. 3-14, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf>.. Acesso em: 11/10/2022

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. Vol.1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2023.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

Louro, G. L. (2003). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis, Vozes. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17–23, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>. Acesso em: 29 maio 2023.

LUCIFORA, C. A. *et al.* Marcas sociais de nossos tempos: gênero, sexualidade e educação em âmbito escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 1395–1409, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12607>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MAYORGA, C. (2006). Identidades e adolescências: uma desconstrução. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, 1(1), 1-20. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Identidades_e_Adolescencias_-_C_Mayorga.pdf>. Acesso em: 17 m

MINAYO, M.C.S. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2015/12/pdf_ba8d5805e9_0000018457.pdf Acesso em: 19 dez. 2022.

ai. 2023.

MIRANDA, D. F. Perfil dos professores da rede estadual de ensino de minas gerais. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 5, n. 11, p. 94–121, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2017v5n11p94-121>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

NASCIMENTO, J. *et al.* **Desigualdade de gênero: causas e consequências**. São Paulo, SP: Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/desigualdade-de-genero-causas-e-consequencias/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

OLTRAMARI, L. C.; GESSER, M. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e57772, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n357772>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>>. Acesso em: 11 out. 2022

Organização das Nações Unidas (ONU). **Objetivo 5: Igualdade de gênero**. São Francisco: ONU, 2015. Disponível em: <<https://unric.org/pt/objetivo-5-igualdade-de-genero-2/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação para Todos: o compromisso de Dakar**. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 51–71, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100005>. Acesso em: 28 maio 2023.

PRAUN, A. G. (2011). Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus*, 1(1), 55-65. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Joguejacarta, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2015**. Nova Iorque: PNUD, 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/20150819-CGDES-ODS-port.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022

REIS, A. L. P. P.; FERNANDES, S. R. P.; GOMES, A. F. Estresse e fatores psicossociais. **Psi Ciên e Profis**, v. 30, n. 4, p. 712-725, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000400004>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

RODRIGUES, E.; GOUVÊA NETO, A. L. **Religião, educação e gênero: experimentos teóricos**. Juiz de Fora: Editora UFJF-Selo Estudos de Religião, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppcir/wp-content/uploads/sites/145/2023/03/RELIGI%C3%83O-EDUCA%C3%87%C3%83O-E-G%C3%8ANERO-Elisa-Rodrigues-e-Ana-Luiza-Gouv%C3%AAa-Neto.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, A. O. G.; GOMES, D. A. A.; KRUCZEVESKI, L. R. Considerações pedagógicas sobre ensino de sociologia através da perspectiva de gênero. *In*: MACHADO, G. E.; OLIVEIRA, V. M. F. (Orgs.). **Gênero, diversidade sexual e educação**. Rio de Janeiro: Eulim, 2018. p. 76-105.

SILVA, A. O. G.; GOMES, D. A. A.; KRUCZEVESKI, L. R. Considerações pedagógicas sobre ensino de sociologia através da perspectiva de gênero. *In*: MACHADO, G. E.; OLIVEIRA, V. M. F. **Gênero, diversidade sexual e educação**. Rio de Janeiro: Eulim, 2018.

Silva, S. G. (2006). A crise da Masculinidade: Uma crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculina. *Psicologia Ciência e Profissão*. Instituto de Medicina Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/hvgrgfhvbYX4tpGHHYXdWks/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SILVEIRA, R. I.; RICHARTZ, T. DESAFIOS DA IGUALDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: o papel dos professores na construção de uma educação para a equidade. **Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas – Grupo Educacional UNIS**, Varginha, 2021. Disponível: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/2167/1/Rafaela%20Imaculada%20da%20Silveira.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

SORICE, G. **Igualdade de Gênero**. Belo Horizonte, MG: Espaço do Conhecimento UFMG, 2021. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

TAVASSI, A. P. C.; MORAIS, P. **Inciso I – Igualdade de Gênero**. Florianópolis, SC: POLITIZE! 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/artigo-5/igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

Toscano, M. (2000). Estereótipos sexuais na educação: um manual para o educador. Petrópolis, Vozes. Unbehau, S.; Vianna, C. P. (2004). O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 – 2002. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, vol. 34, n. 121, pp. 53-65. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/KT99NbZ5MFVHHmSm4kwRVGN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

“NO CAMINHO DAS MARGARIDAS”: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES SOBRE A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS.

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado, desenvolvido sob responsabilidade Alynne Mendonça Saraiva Nagashima, Universidade Federal de Campina Grande O presente documento contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu, _____

concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo “No Caminho das Margaridas”: Perspectivas de professores sobre a promoção da igualdade de gênero nas escolas. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- 1)O principal objetivo dessa pesquisa é compreender as perspectivas dos professores sobre a promoção da igualdade de gênero nas escolas;
- 2)Investigar as perspectivas dos professores sobre a igualdade de gênero nas escolas poderá contribuir, de forma modesta com a identificação de obstáculos e/ou potencialidades vivenciados por esses educadores, desmistificar crenças, como também favorecer a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem pautado na cidadania e no respeito às diferenças. A pesquisa será feita por meio de entrevista semiestruturada utilizando o gravador de voz;
- 3)Os riscos desta pesquisa podem envolver: a dimensão física- o participante apresentar cansaço; a dimensão psíquica- apresentar insegurança, vergonha, falta de interesse em falar sobre a temática, ou medo de ser exposto ou ter os áudios vazados; a dimensão moral- o participante pode apresentar o constrangimento para responder algumas questões, já que o tema ainda é considerado um tabu para algumas pessoas.
- 4)Na tentativa de sanar ou minimizar esses riscos, os pesquisadores se propõem a agendar antecipadamente as entrevistas, conforme local e horário definido pelo participante; prestar assistência imediata aos participantes oferecendo meios de contato possíveis para facilitar a comunicação, retirar dúvidas possíveis e escutá-los em seus anseios, bem como se compromete a preservar o anonimato desses professores. Durante as gravações nenhum nome será citado e

os áudios serão gravados, repassados para o computador e salvos para transcrição das entrevistas e ficarão sob posse exclusivamente dos pesquisadores;

5) Poderei desistir da pesquisa a qualquer momento sem ônus algum a minha pessoa;

6) Terei minha identidade preservada em todas as etapas da pesquisa e também após a conclusão da mesma;

7) Os resultados da pesquisa estarão sob sigilos dos pesquisadores, que só poderão utilizá-los para fins de pesquisa científica;

Atestado de interesse pelo conhecimento dos resultados da pesquisa.

Desejo conhecer os resultados desta pesquisa

Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

8) Receberei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pesquisadores em duas vias, que também serão assinadas por mim. Ambas as partes ficarão com uma cópia.;

9) Terei direito ao ressarcimento e serão cobertas as despesas que venham a ser obtidas em decorrência da pesquisa;

10) Em eventuais danos decorrentes da pesquisa, terei direito a indenização;

11) Caso me sinta prejudicado(a) por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, localizado na Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de Análises Clínicas (LAC), 1º andar, Sala 16. CEP: 58175 – 000, Cuité-PB, Tel: 3372 – 1835, E-mail: cep.ces.ufcg@gmail.com;

XII) Poderei também contactar o pesquisador responsável, por meio do endereço: Sítio Olho D'Água da Bica s/n, email: alynnems@hotmail.com e telefone: 33721900

Cuité-PB, ____/____/____

Participante da pesquisa / Responsável

Pesquisador responsável pelo projeto

(Alyne Mendonça Saraiva Nagashima SIAPE 1631987)

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: *¿NO CAMINHO DAS MARGARIDAS¿*: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES SOBRE A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS.

Pesquisador: Alynne Mendonça Saraiva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64228522.8.0000.0154

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

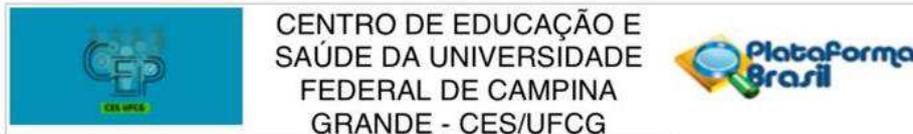
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.832.262

Apresentação do Projeto:

A pesquisadora propõe uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa a ser desenvolvida nas escolas municipais de um município no interior do Curimataú Paraibano, que contemplem o ensino fundamental para investigar as perspectivas dos professores da rede de ensino fundamental sobre a igualdade de gênero nas escolas. A pesquisadora justifica a realização projeto tendo em vista que, poderá contribuir, de forma modesta com a identificação de obstáculos e/ou potencialidades vivenciados por esses educadores, desmistificar crenças, como também favorecer a reflexão sobre o processo ensinoaprendizagem pautado na cidadania e no respeito às diferenças. Para o alcance dos objetivos da pesquisa propõe-se realizar entrevista norteada por um roteiro semi-estruturado, que contemple questões que caracterizem os participantes da pesquisa e perguntas relacionadas aos objetivos. As entrevistas serão gravadas com auxílio de um gravador de voz, e ocorrerá nas escolas priorizando um ambiente adequado a coleta (sala fechada preconizando o conforto do entrevistado, garantia do anonimato e privacidade). A pesquisadora descreve no seu projeto que a participação dos sujeitos na pesquisa ocorrerá mediante assinatura e concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) fornecido no início da entrevista, além da solicitação em gravar as entrevistas, considerando os inclusão estabelecidos como: ser professor do ensino fundamental, exercer atividades de docência, no mínimo, seis meses de experiência na escola ao qual está lotado. Professores que

Endereço: Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITE
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.832.262

estiverem de férias, licença ou qualquer outro motivo que os impeçam de estar no exercício da profissão no período da coleta de material empírico serão excluídos do estudo.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral desse estudo é compreender as perspectivas dos professores sobre a promoção da igualdade de gênero nas escolas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora descreve que os riscos desta pesquisa envolvem apenas "o constrangimento para responder algumas questões, cansaço, desconforto ou insegurança durante a entrevista. No entanto os pesquisadores se comprometem a prestar assistência imediata aos participantes, oferecendo meios de contato possíveis para facilitar a comunicação, retirar dúvidas possíveis e escutá-los em seus anseios, bem como se compromete a preservar o anonimato desses professores e qualquer outro dado de identificação" Segundo Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 os riscos envolve outras dimensões além da física, como psíquica, moral intelectual, social, cultural ou espiritual. Quanto aos benefícios, a pesquisadora elucida sobre as novas discussões que podem ser geradas e a possibilidade do planejamento de ações que visem diminuir as desigualdades de gênero no ambiente escolar e fora dele.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

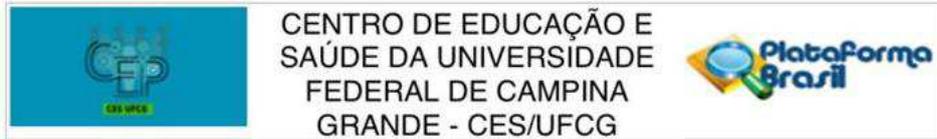
A pesquisa demonstra potencial relevância, uma vez que a integração da perspectiva de gênero na educação é crucial, pois todos os anos milhões de crianças, adolescentes são excluídos das escolas ou têm suas trajetórias educacionais interrompidas por causa de desigualdades. As discriminações e violências presentes na nossa sociedade são refletidas no ambiente escolar, e os professores são atores importantes nesse processo. Os resultados deste estudo certamente subsidiarão o alcance de uma maior compreensão sobre a temática e possibilitará desenvolvimento de estratégias poderão vão nortear o processo ensino-aprendizagem.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora inseriu os seguintes documentos obrigatórios:

- 1) Projeto detalhado, contendo orçamento e cronograma com pesquisa prevista para iniciar em Novembro de 2022 no Projeto detalhado e na Plataforma;

Endereço: Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITE
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.832.262

- II) Termo de compromisso dos pesquisadores, devidamente assinado pela pesquisadora responsável;
- III) Termo de Anuência Institucional com informações incompletas (documento não cumpre as normas exigidas pela Resolução - PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO CONTENDO BRASÃO/LOGOMARCA, NOME, ENDEREÇO, E-MAIL, TELEFONE, CNPJ, Nome, função e instituição da pessoa que está autorizando (incluir carimbo e assinatura).
- IV) Folha de Rosto, corretamente preenchida e assinada pela pesquisadora e responsável pela instituição proponente (assinatura digital);
- V) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - roteiro segue recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 quanto aos pontos a serem abordados, no entanto a pesquisadora;
- VI) Instrumento de coleta de dados (apenas no Apêndice do Projeto detalhado).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após reapreciação do projeto e análise dos documentos apresentados, conclui-se que não existem inadequações éticas para o desenvolvimento da pesquisa, estando o mesmo APROVADO.

- I) **PENDÊNCIA 1.** Inserir Termo de Anuência Institucional seguindo as recomendações exigidas pela Resolução - PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO CONTENDO BRASÃO/LOGOMARCA, NOME, ENDEREÇO, E-MAIL, TELEFONE, CNPJ, Nome, função e instituição da pessoa que está autorizando (incluir carimbo e assinatura).

RESPOSTA: O novo termo de anuência foi feito, considerando que o anterior houve a sobreposição da logomarca da prefeitura, não sendo possível visualizar o endereço da instituição. A alteração foi feita no termo de anuência institucional.

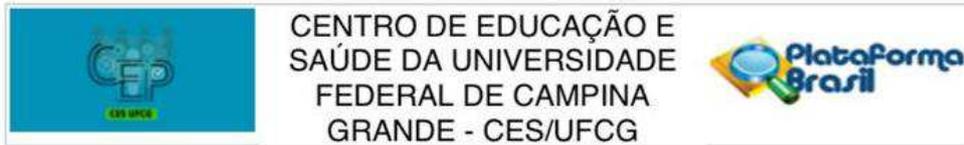
ANÁLISE: pendência atendida

- II) **PENDÊNCIA 2.** Realizar ajuste do cronograma de acordo com o calendário deste CEP. No projeto detalhado constam todas as etapas da pesquisa, com previsão de início de coleta em Novembro de 2022.

RESPOSTA: Foi feito ajuste no cronograma na plataforma, bem como no projeto detalhado.

ANÁLISE: pendência atendida

Endereço: Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITE
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.832.262

Declaração de concordância	novaanuencia.pdf	09/12/2022 14:41:37	Alyne Mendonça Saraiva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.doc	09/12/2022 14:39:42	Alyne Mendonça Saraiva	Aceito
Outros	instrumentodepesquisa.docx	09/12/2022 14:39:17	Alyne Mendonça Saraiva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclenovo.docx	09/12/2022 14:38:27	Alyne Mendonça Saraiva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	compromisso_pesquisadores.pdf	08/10/2022 15:37:00	Alyne Mendonça Saraiva	Aceito
Folha de Rosto	PDFcep.pdf	12/09/2022 20:44:51	Alyne Mendonça Saraiva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CUITE, 21 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Vanessa de Carvalho Nilo Bitu
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Profª. Maria Anita Furtado Coelho, S/N, Sítio Olho D'Água da Bica, Bloco: Central de Laboratórios de
Bairro: DISTRITO DE MELO **CEP:** 58.175-000
UF: PB **Município:** CUITE
Telefone: (83)3372-1835 **E-mail:** cep.ces.ufcg@gmail.com

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
PROJETO: “NO CAMINHO DAS MARGARIDAS”: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES
SOBRE A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS.

Pseudônimo:
Idade:
Sexo: () F () M/ Gênero: () Masculino () Feminino () Transgênero () Outro
Est. Civil: () Casado () Solteiro () Viúvo () União Estável () Divorciado
Cor/Raça: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena
Religião:
Naturalidade:
Formação Acadêmica:
Pós-Graduação (Especialização):
Capacitação na área de gênero ou sexualidade?
Escola(s) onde trabalha:
Há quanto tempo atua como professor?
Há quanto tempo trabalha nessa escola?
É concursado ou contratado nessa escola?
Tem outros vínculos empregatícios? Onde?
ROTEIRO DE ENTREVISTA
<ol style="list-style-type: none"> 1. O que você entende por gênero? 2. O que você compreende por igualdade de gênero? 3. Em sua opinião, em nossa sociedade, meninas e meninos tem as mesmas oportunidade e direitos? explique 4. Para você, a sociedade em que vivemos há igualdade entre os gêneros? que fatores podem influenciar ou interferir nisso?

5. Na sua opinião, a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem? por quê? esse TEMA DEVE SER ABORDADO NA ESCOLA? POR QUEM?
6. De que forma esse tema poderia ser abordado na escola?
7. Você aborda ou já abordou sobre essa temática em sala de aula? (SE sim, conte-me como foi, SE não, porque?)
8. Que temáticas você acredita que podem ser trabalhadas na escola que estejam relacionadas a promoção da igualdade de gênero?
9. Existe desafios e/ou potencialidades em trabalhar o tema igualdade de gênero? quais?
10. A educação pode promover a igualdade entre os gêneros? como?
11. Você já teve um aluno ou uma aluna que apresentasse comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados ao seu sexo? como os demais alunos lidaram com essa situação? como você lidou e como se sentiu nessa situação?